



05 DE OUTUBRO DE 2015

Segunda-feira

- **POR RECEITA MAIOR, BANCOS ELEVAM TARIFA EM ATÉ 169%**
- **ENGENHARIA DA VOLKSWAGEN MANIPULA MOTORES DESDE 2008**
- **ARTIGO: POR UM PACTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
- **FUSÃO É ALTERNATIVA PARA TORNAR PEQUENOS MUNICÍPIOS MAIS EFICIENTES**
- **GERDAU SUSPENDE CONTRATOS DE TRABALHO DE 70 FUNCIONÁRIOS EM PINDA**
- **APÓS ACORDOS COM BANCO DO BRASIL E CAIXA, CSN APOSTA NA VENDA DE ATIVOS PARA FREAR DÍVIDAS**
- **PARA FABRICANTES DE SILOS, NÃO HÁ ESPAÇO PARA ALTA DO PREÇO DO AÇO**
- **AÇÕES DE SIDERURGIA TÊM ALTA NA SEXTA, MAS PERDEM NA SEMANA E NO ANO**
- **MDIC LANÇA ESTUDO SOBRE MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL**
- **BANCÁRIOS ENTRAM EM GREVE NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA**
- **MRS CHEGA A ACORDO DE R\$ 225 MILHÕES EM ARBITRAGEM COM MMX**
- **ANGLO AMERICAN APORTA PESADO EM TECNOLOGIA**
- **PROJETO DE EXPANSÃO DE SERRA SUL DA VALE ESTÁ ADIANTADO, DIZ DIRETOR**
- **CRISE DAS GIGANTES NÃO GARANTE COMPETIÇÃO**
- **EXPORTADORAS CORREM PARA RECUPERAR MERCADO**
- **PAÍS TERÁ RECUPERAÇÃO LENTA APÓS REBAIXAMENTO, PREVÊ ANALISTA**
- **INVESTIMENTO PODE FECHAR ANO COM QUEDA DE 15%, A MAIOR DESDE 96**
- **ARTIGO: (DES) CAMINHOS DA INFRAESTRUTURA**
- **CPMF SERÁ UMA PONTE PARA O BRASIL RECUPERAR EQUILÍBRIO FISCAL, DIZ LEVY**
- **PELA 1ª VEZ, POBREZA EXTREMA DEVE CAIR PARA 10% DA POPULAÇÃO GLOBAL**
- **EM ANO DIFÍCIL, VOLVO CHEGA AOS 300 MIL VEÍCULOS EM CURITIBA**

CÂMBIO EM 05/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,899	3,900
Euro	4,366	4,368

Fonte: BACEN

Por receita maior, bancos elevam tarifa em até 169%

05/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Para aumentar as receitas, os bancos vêm elevando as tarifas cobradas de seus correntistas em percentuais bem acima da inflação, segundo levantamento da Proteste (associação de defesa do consumidor) com oito dos maiores bancos do país. Os dados mostram que o reajuste das cestas de serviços de janeiro de 2013 a agosto deste ano chegou a até 169%, quase nove vezes a variação do IPCA no mesmo período, de 19,63%.

Não dá para atribuir o aumento apenas à inflação, porque superou muito o índice oficial. As tarifas vão direto para o ganho dos bancos.

O Banco Central determina que as instituições financeiras ofereçam um pacote mínimo de serviços gratuitos a todos os clientes. Não há regulamentação, porém, sobre o quanto podem cobrar por outras opções de pacotes, que podem ter reajustes anuais.

Com o desempenho fraco do crédito, os bancos têm conseguido manter – e até elevar – seus ganhos graças, em grande parte, às receitas crescentes de serviços. No primeiro semestre deste ano, a renda de tarifas bancárias do Bradesco cresceu 14,3% e, no Banco do Brasil, 9,1%.

“Não dá para atribuir o aumento apenas à inflação, porque superou muito o índice oficial. As tarifas vão direto para o ganho dos bancos, que podem cobrar o que acham viável para eles”, diz Renata Pedro, técnica da Proteste.

“A tecnologia e a curva de experiência só melhoram e reduzem os custos. Por que a compensação de um cheque ficou mais cara? Só pelo aumento do aluguel do prédio? Por que um TED fica mais caro? A tecnologia barateia o processo, mas as tarifas só aumentam”, afirma Mauro Calil, consultor financeiro do banco Ourinvest.

Engenharia da Volkswagen manipula motores desde 2008

05/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Engenheiros da Volkswagen disseram que instalaram o software para manipular os dados de emissões poluentes em alguns motores a partir de 2008, segundo reportagem publicada no jornal *Bild am Sonntag*.

Os engenheiros, que trabalham no desenvolvimento de motores em Wolfsburg, Alemanha, explicaram que o motor EA189, que estavam desenvolvendo desde 2005, estava a ponto de começar a ser produzido em série.

Por não encontrarem uma fórmula que os permitisse cumprir ao mesmo tempo os limites de emissões de poluentes e de custos, recorreram ao software para evitar que um projeto que era de grande importância para a companhia tivesse que ser paralisado.

Artigo: Por um pacto democrático brasileiro

05/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

“Todo o poder emana do povo”. Esta bela expressão é um comando previsto, em 5 de outubro de 1988, pelos representantes d’“o povo brasileiro” ao promulgar o texto da Constituição do Estado Democrático de Direito em que vivemos. Imperioso lembrar o caráter mais fundamental desta Constituição: o de que é o povo que constitui o Estado e seus poderes e instituições autônomas, os quais fundam-se no “poder de constituir” exclusivo do povo.

Se, talvez, o artista francês Delacroix, autor do quadro *A liberdade guiando o povo* (1830), pintasse hoje está sua famosa obra com o intuito de simbolizar a democracia brasileira, substituiria o grupo de pessoas correndo e vociferando no caminho iluminado pela Liberdade por algumas pessoas indecisas circundando desorientadamente a deusa romana Fortuna, aguardando que esta lhes concedesse alguma benesse ou uma direção aleatória a trilhar. Na democracia, se o povo não estabelece o que quer e qual direção seguir, não há caminho: fica acamado eternamente em berço esplêndido.

Os poderes constituídos têm a obrigação de permitir que o povo os acesse, compreenda seus atos e participe das decisões políticas

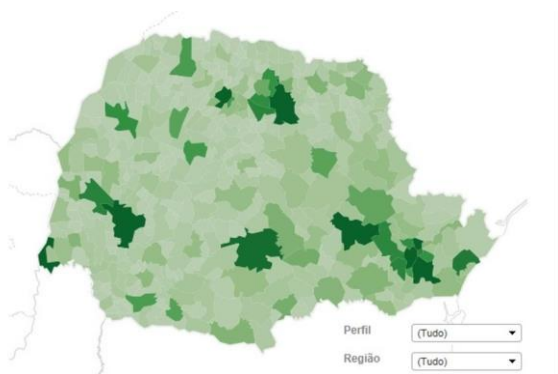
E, mesmo neste ambiente de desnorteamento democrático, pouco esforço se nota dos poderes constituídos para incrementar as bases que os legitimam: a ação e a consciência de cada cidadão na complexa teia social. Muito se discute sobre o delineamento de um “pacto federativo” que fortaleça as “instituições republicanas”, mas pouco se escreve sobre um projeto de “pacto democrático” de nossa nação de brasileiros. Ao contrário, o que se lê nas entrelinhas das decisões políticas dos poderes constituídos é uma resistência ao afloramento da democracia, estrangulando-se focos de empoderamento do cidadão para participar de um ambiente democrático de fato.

Veja-se, por exemplo, que, dos possíveis cortes orçamentários realizados em ano de ajuste fiscal, a faca pendeu na direção da parte do povo mais necessitado dos serviços sociais básicos, sendo reduzidos recursos destinados àquelas instituições que promovem acesso a tais serviços. Carreiras profissionais que, por missão, mantêm contato direto com o povo, indicando-lhe fundamentos de cidadania – sendo o maior exemplo a do magistério da educação básica –, não encontram em nossa sociedade a mesma valorização de carreiras destinadas à manutenção financeira dos poderes constituídos.

Os poderes constituídos têm a obrigação de permitir que o povo os acesse, compreenda seus atos e participe das decisões políticas. Isso não é privilégio, mas sim a democracia em seu estado desejável, sem grilhões perversos e astutamente forjados a criar obstáculos para a cidadania. Neste quadro, não é necessário um “salvador da pátria” a guiar o povo, nem a glória é de efêmeros três dias, como na cena histórica retratada na citada obra de Delacroix, pois o povo apropriar-se-á do conhecimento do óbvio: de que quando a Constituição diz “o povo”, quer dizer, mesmo, “o povo”.

(Fernando Redede Rodrigues é defensor público do Estado).

05/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Diante da recusa da presidente Dilma Rousseff (PT) em sancionar projetos de lei que permitam a criação de novos municípios no Brasil – foram dois vetos nos últimos dois anos –, os defensores do tema protocolaram no fim de setembro a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/2015, na tentativa de garantir que a lei entre em vigor. Enquanto políticos insistem no desmembramento de cidades, no meio acadêmico e nos órgãos de fiscalização cresce o número de estudos mostrando que a fusão de municípios traria vantagens econômicas e sociais.

Estatísticas das cidades do Paraná

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná está fazendo um estudo de viabilidade econômico-financeira, político-administrativa e socioambiental dos municípios paranaenses para verificar as possibilidades de fusão. Foi nomeada uma comissão técnica, que deve apresentar os resultados até o fim de novembro.

Em 2014, a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Minas Gerais Flávia Lo Buono Leite defendeu uma dissertação na qual afirma que municípios maiores possuem melhor performance econômica e fiscal. Para ela, a reforma territorial traria benefícios.

Em entrevista por e-mail, Flávia disse que desconhece os indicadores do Paraná, mas que as condições observadas em Minas Gerais se repetem em todo o Brasil. “A situação dos municípios micro e pequenos em todo o Brasil são similares. Fundamentalmente dependem de transferências e, devido ao baixo número populacional, têm arrecadação tributária pequena, com algumas exceções”, explica.

No levantamento feito pela pesquisadora, os municípios pequenos têm baixa independência financeira, já que arrecadam poucos impostos; têm alta dependência das transferências governamentais; despesas per capita alta, principalmente no gasto com pessoal.

Além disso, as cidades com menos habitantes gastam mais, proporcionalmente, com o Legislativo e com as demais áreas de responsabilidade da prefeitura, como saúde, educação, assistência social e urbanismo. Na educação, por exemplo, Flávia levantou que o gasto per capita nas cidades com até 5 mil habitantes foi de R\$ 434,70, contra R\$ 251,17 nos municípios com 10 mil a 20 mil habitantes.

Paraná

A **Gazeta do Povo** levantou alguns dados dos municípios paranaenses com educação em 2014, segundo as informações prestadas ao Tesouro Nacional. O gasto per capita nas cidades com até 5 mil moradores foi de R\$ 769,72, o mais alto entre as faixas populacionais.

O gasto elevado nos pequenos municípios não se reflete na qualidade dos indicadores. Dos 98 que têm até 5 mil habitantes, apenas 5 têm Índice de Desenvolvimento Humano na Educação (IDHM-E) acima de 0,7, considerado de alto desenvolvimento.

Máquina

O jurista Ives Gandra Martins diz que a proliferação dos municípios no Brasil está diretamente relacionada ao aumento da carga tributária. "Quando foi promulgada a Constituição Federal, o Brasil tinha 3.900 municípios. Hoje temos 5.570. O mesmo povo passou a ter duas câmaras legislativas, duas prefeituras, duas estruturas burocráticas. Se o povo é o mesmo e a estrutura burocrática é maior, cria um problema muito sério para a manutenção das finanças públicas", afirma. Segundo ele, isso fez com que a carga tributária do Brasil passasse de 24% do PIB em 1988 para 36%.

QUANTO MENOR, MAIS CARO

O salário dos vereadores pesa mais no bolso dos moradores das cidades pequenas, proporcionalmente:

Faixa	Número municípios	Gasto salários vereadores Em milhões	População total	Gasto per capita anual
Até 5 mil	92	R\$ 24,5	328.668	R\$ 74,46 
De 5.001 a 10 mil	106	R\$ 32,9	725.486	R\$ 45,33 
De 10.001 a 20 mil	105	R\$ 45,7	1.466.820	R\$ 31,18 
De 20.001 a 50 mil	57	R\$ 34,4	1.723.160	R\$ 19,96 
De 50.001 a 100 mil	15	R\$ 12,0	1.075.325	R\$ 11,16 
De 100.001 a 500 mil	18	R\$ 30,3	3.326.124	R\$ 9,10 
De 500 mil a 1 milhão	1	R\$ 2,7	543.003	R\$ 5,02 
Mais de 1 milhão	1	R\$ 6,1	1.864.416	R\$ 3,26 

Obs: Não há dados disponíveis de quatro municípios: São Manoel do Paraná, Jundiá do Sul, Itapejara d'Oeste e Uraí.

Fonte: Tribunal de Contas do Paraná. InfoGRAFIA: Gazeta do Povo.

Gerdau suspende contratos de trabalho de 70 funcionários em Pinda

05/09/2015 – Fonte: G1

A Gerdau, fábrica de laminados de aço, suspendeu nesta quinta-feira (1º) os contratos de um grupo de 70 funcionários em Pindamonhangaba (SP). Eles fazem parte de um grupo de 200 trabalhadores que já haviam sido informados pela empresa que entrariam em layoff neste mês.

A medida tem como objetivo adequar a produção à demanda do mercado e evitar demissões. Os 70 funcionários que tiveram os contratos suspensos vão retornar ao trabalho daqui a cinco meses.

Outros 70 já estavam em layoff desde maio e devem retornar para a empresa até o dia 26 de outubro. Com isso, a empresa mantém atualmente 140 funcionários afastados pela medida.

A empresa sinalizou ao Sindicato dos Metalúrgicos, que representa a categoria, que outros 40 operários, além dos 200 que fazem parte do acordo, podem ser incluídos no pacote. A demanda da empresa vai ser avaliada antes da decisão.

Atualmente, a Gerdau emprega cerca de 1.700 trabalhadores. No período de suspensão de contrato dos funcionários, eles vão passar por um programa de qualificação profissional. A empresa reforçou que o atendimento aos clientes não deve ser alterado com a redução do efetivo em atividade.

Após acordos com banco do Brasil e Caixa, CSN aposta na venda de ativos para frear dívidas

05/09/2015 – Fonte: Jornal do Brasil

Com a forte crise enfrentada pela indústria de commodities metálicas e minerais, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vê seus problemas de endividamento se agravando. Durante o mês de setembro, os executivos da empresa trabalharam para estender os prazos de sua dívida de curto prazo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal.

Os esforços surtiram efeito e R\$ 4,8 bilhões dos R\$ 7,4 bilhões que a siderúrgica precisaria pagar entre 2016 e 2018 tiveram seu vencimento adiado por até sete anos. Os acordos aliviam a pressão sobre a companhia, mas não solucionam todos os seus problemas. À frente da CSN, o empresário Benjamin Steinbruch parece agora apostar na venda de ativos para controlar seu caixa.

No primeiro pacote de ativos disponibilizados pela companhia, a Sepetiba Tecon S.A. e a fatia da CSN na rival Usiminas parecem despertar maior interesse no mercado. O terminal de contêineres no porto de Sepetiba já está em negociação e há rumores de que a Advent International Corp., empresa de private-equity com sede em Boston, estuda fazer uma oferta de compra. No caso da Usiminas, a economista Daniela Magalhães Prates estima que a briga entre os acionistas controladores da empresa, Nippon Steel e Ternium-Techint, dará à CSN um “poder de barganha” na negociação das ações.

A CSN preferiu não divulgar o quanto espera captar com as vendas, para não precificá-las no mercado, mas afirmou ao JB que já contratou alguns bancos para cuidar das negociações. Além do terminal de contêineres e as ações da Usiminas, a empresa pretende vender suas participações nas hidrelétricas de Itá e Igarapava e o excedente de ações na MRS Logística. Neste caso, a companhia diz já ter conseguido a aprovação dos sócios na MRS, dentre eles a Vale e a Gerdau, para buscar interessados.

Na visão de especialistas, as dificuldades enfrentadas pelo setor farão com que o preço de venda de ativos não seja tão vantajoso para a CSN. A Fitch também vê obstáculos nas negociações; no último dia 21, a agência de classificação de risco rebaixou a nota da CSN de “BB” para “B+”, mantendo sua perspectiva como negativa. Em comunicado, afirmou que, apesar de acreditar que os ativos tenham valor significativo, será difícil monetizá-los ao valor máximo diante do atual ambiente econômico.

“Por outro lado, tanto a CSN quanto empresas como a Vale serão praticamente obrigadas a fazer esse processo porque o endividamento delas é muito grave”, pontua Marcos Antônio e Andrade, professor de economia da Mackenzie. Ele reforça a opinião geral do mercado, que vê a medida como um remédio amargo em tempos de crise. “Ela [CSN] vai queimar um pouco o seu capital, esse é o problema. Se hoje o governo tivesse condições de usar os bancos públicos, como fez em 2008, para reescalonar toda essa dívida de curto prazo, jogando-a lá para a frente, ela poderia não ter que vender esses ativos agora. Mas infelizmente, ela tem. É um beco sem saída”, completa Daniela Magalhães.

CSN renegocia dívidas de curto prazo em até sete anos

A dívida de curto prazo da siderúrgica com o Banco do Brasil, que deveria ser quitada entre 2016 e 2017, somava R\$ 2,208 bilhões. No último dia 25, a empresa conseguiu adiar seu vencimento para o período de 2020 a 2022. O acerto feito com a Caixa, no início de setembro, teve caráter semelhante. A CSN negociou sua dívida de R\$ 2,57 bilhões, que também tinha vencimento entre 2016 e 2017, para um pagamento em “parcelas igualmente distribuídas” a ser feito entre 2018 e 2022.

O responsável pelas negociações foi o diretor Paulo Caffarelli, executivo que já ocupou os cargos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda e vice-presidente do Banco do

Brasil. Ele foi contratado pela CSN este ano para trabalhar na reestruturação financeira da empresa, que no segundo trimestre teve significativa alta em seu grau de alavancagem. De acordo com a assessoria de imprensa da siderúrgica, os esforços para negociar outras parcelas da dívida continuam, mesmo que em menor escala.

No total, a companhia conseguiu alongar R\$ 4,8 bilhões de uma dívida de curto prazo total de R\$ 7,4 bilhões. Os acordos deram certo alívio à CSN, que tinha apenas R\$ 7,8 bilhões em caixa no final do primeiro semestre de 2015. No total, a dívida empresa ultrapassa os R\$ 30 bilhões.

Para fabricantes de silos, não há espaço para alta do preço do aço

05/09/2015 – Fonte: DCI

Seja por contarem com estoques de aço, terem bons fornecedores no exterior ou, principalmente, pela baixa demanda por aço no mercado interno, fabricantes de silos do Brasil afirmam que não há espaço, no momento, para os aumentos nos preços do metal anunciados nas últimas semanas por Usiminas, CSN e ArcelorMittal.

Sem a obrigação de empregar um percentual mínimo de matérias-primas nacionais na fabricação de silos, as empresas de armazenagem consideram voltar a importar aço caso as siderúrgicas insistam em aplicar o reajuste no curto prazo.

"Se quiserem impor qualquer tipo de aumento, vale a pena voltar a importar", disse ao Broadcast Agro, serviço em tempo real da Agência Estado, Jacel Duzanowski, diretor comercial do grupo Mascarello, que detém a Comil, uma das maiores fabricantes de silos do País."

"O preço do aço galvanizado caiu mais de 40% nos últimos meses. Em todo o mundo o preço do minério de ferro cai e só aqui é que não?". Outras fontes ouvidas pela reportagem também rejeitaram a ideia de reajuste de preços do aço, mas veem na forte valorização do câmbio um entrave para a substituição da matéria-prima nacional pela importada.

Há cerca de duas semanas, fontes ouvidas pelo Broadcast informaram que a Usiminas elevará os preços de seus produtos siderúrgicos de 5% a 7% em outubro. A ArcelorMittal também prepara um aumento de até 10% para aços planos e, conforme apurou o Broadcast, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) irá subir os preços do aço plano de 8% e 10%, a partir desta segunda, 5.

O aço, em especial o galvanizado, é a principal matéria-prima usada na fabricação de silos, produto fundamental para a armazenagem de grãos em propriedades e terminais portuários. Estima-se que cerca de 70% de um silo seja de aço. No ano passado, o mercado de armazenagem de grãos movimentou R\$ 2,4 bilhões. Este ano, a projeção é de faturamento menor, de R\$ 1,8 bilhão.

Para as fontes ouvidas, não há fundamentos que justifiquem o aumento, a não ser o fato de o aumento do dólar ante o real encarecer as importações do metal e abrir para as siderúrgicas uma oportunidade de promover aumentos no mercado interno. Além da queda dos preços internacionais do minério de ferro e do aço, as fontes apontam que as vendas de silos caíram cerca 40% em 2015, reduzindo, conseqüentemente, a demanda por aço no Brasil.

"O aumento de preços de aço pode ser justificado por dois fatores: aumento das cotações internacionais do minério de ferro e capacidade tomada da indústria (uso da capacidade máxima). Hoje não tem demanda por minério (no mercado internacional, que eleve as cotações) nem por aço no mercado nacional", disse uma fonte.

A Comil é um exemplo de empresa que reduziu as importações em 2015 em função da alta do dólar ante o real. Duzanowski conta que, até cinco meses atrás, importava 90% do aço utilizado na produção. Além de preços competitivos, os fornecedores externos ofereciam "a garantia da entrega" - algo nem sempre encontrado nas companhias nacionais. Contudo, as sucessivas altas do dólar levaram a empresa a inverter a proporção e importar apenas 10% do metal. Desde o começo do ano, a moeda norte-americana se valorizou mais de 52%.

Agora, a notícia de que as siderúrgicas brasileiras promoverão aumentos faz com que a Comil reconsidere voltar a importar. A empresa tem estoques de alguns tipos de aço para até 45 dias, mas itens de grande giro precisarão ser repostos em outubro. "Não vamos aceitar aumento.

Vamos para o mercado, para os concorrentes nacionais. Se as siderúrgicas insistirem no aumento, voltamos a importar", afirmou. Segundo o diretor da Comil, em 2014 a empresa consumiu cerca de 40 mil toneladas de aço para produção de silos e outras 10 mil toneladas para a de ônibus do grupo Mascarello. Em 2015, espera-se redução de 30% nestes volumes. A baixa demanda por silos levou a empresa, inclusive, a rever processos para conseguir reduzir o preço dos silos em cerca de 10%.

Outros agentes do setor também consideram colocar os concorrentes nacionais para competir ou retomar importações. "Para a indústria siderúrgica, demanda é fundamental. Se ela chega com aumento de preço, o cliente diz que está fora e vai para o concorrente, a empresa não aumenta preço, reduz. Outra possibilidade é buscar aço fora do Brasil", disse uma fonte.

Mas há também quem acredite não haver escapatória para o aumento. A gerente executiva da Casp, empresa que detém entre 10% e 15% do mercado nacional de armazenagem, Andrea Hollmann, pondera que a alta do dólar acumulada ao longo do ano torna o produto importado 30% mais caro. "Por enquanto, não vamos sofrer com o incremento. Já compramos o suficiente para suprir a produção até dezembro. Mas a partir de janeiro de 2016 vai ficar mais difícil."

Andrea também não vê justificativa no aumento. "O mercado (interno) está em recessão, CSN e Usiminas desligaram fornos", disse. Ela não descarta buscar alternativas no mercado interno para o fornecimento de aço, mas tem dúvidas de que a tática surtirá efeito. "As três principais falaram em aumento, mais ou menos ao mesmo tempo, e nos mesmos níveis.

Podemos nos surpreender, mas não acredito que buscar concorrentes adiantaria". Duzanowski, da Comil, criticou o pouco tempo dado às empresas para assimilar a notícia. "Tem que ter ao menos 90 dias para a empresa se organizar. Se o aumento pegar a partir de 2016, poderemos pensar e avaliar com o mercado", disse.

Ações de siderurgia têm alta na sexta, mas perdem na semana e no ano

05/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

As ações das siderúrgicas terminaram o pregão desta sexta-feira em alta, mas o movimento não foi suficiente para reverter o recuo observado na semana. No ano, a perda total em valor de mercado já chega a R\$ 11 bilhões.

Os papéis da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) subiram 2,43% e encerraram cotados em R\$ 3,78. Os ativos preferenciais da Gerdau avançaram 3,85%, para R\$ 5,66, e os preferenciais de classe A da Usiminas tiveram valorização de 1,28%, negociados em R\$ 3,16.

Apesar do movimento positivo, a semana foi ruim para as empresas. CSN recuou 5,7%, Gerdau PN caiu 7,4% e Usiminas PNA perdeu 7,3%. No ano, o desempenho ainda é pior, com desvalorizações de 26%, 39% e 36%, respectivamente.

O mercado tenta equalizar no preço que considera justo para os ativos tanto os benefícios como os pontos negativos do câmbio sobre o resultado das companhias. A maioria possui alta exposição de sua dívida ao dólar, mas o real desvalorizado auxilia em suas ambições de reajustar preços dos produtos siderúrgicos.

Relatório do J.P. Morgan publicado há alguns dias mostra que o ganho de um aumento dos preços dos produtos pode ser significativo. O banco calculou qual seria o incremento em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) em 2016 a depender dos reajustes.

No caso da Gerdau, que segundo fontes de mercado já anunciou alta de 7% a 8% para laminados quentes e de 15% para os longos neste ano, o Ebitda subiria no mínimo 17% ante a projeção para 2015. A instituição calcula que o indicador iria a R\$ 5,23 bilhões.

Para Usiminas, que arrisca reajuste entre 5% e 7%, o ganho pode ser de até 9% no Ebitda. Os analistas Rodolfo Angele e Lucas Ferreira, responsáveis pelo relatório, estimam que o Ebitda poderia ficar entre R\$ 828 milhões e R\$ 996 milhões.

A CSN ainda não se pronunciou sobre um aumento, mas, se seguir as informações de mercado sobre aços planos, também deve praticar reajuste de 5% a 7%, com elevação de até 27% no Ebitda, para R\$ 4,09 bilhões.

As estimativas do J.P. levam em conta que o reajuste líquido médio para as três empresas será de 10% até o fim de 2016, mas admite que o cenário adverso no Brasil atrapalha os planos das siderúrgicas. Se 10% for de fato o aumento praticado, o ganho em Ebitda seria de R\$ 2 bilhões no geral.

No lado da dívida, a perda também pode ser significativa. Em termos de alavancagem, que costuma ser um termômetro dos financiadores na hora de cobrar juros de empréstimos, a piora seria de, no mínimo, 0,4 vez só considerando o câmbio.

Frente ao apresentado no segundo trimestre, essa seria a deterioração no índice que relaciona dívida líquida e Ebitda para Usiminas, que apresentaria nível de 4,3 vezes. A alavancagem da Gerdau subiria 0,7 vez, para 4,3 vezes, e a da CSN saltaria 0,5 vez, para 6,6 vezes — a mais preocupante dentre as três. A taxa cambial considerada neste caso, entretanto, foi de R\$ 3,85 para US\$ 1.

Se o aumento geral de Ebitda com os reajustes proporcionados pelo dólar se confirmasse em R\$ 2 bilhões, em dívida haveria crescimento de R\$ 5,8 bilhões. Há ainda o ganho, que o J.P. não considera, com as exportações por conta do câmbio, mas no geral o impacto seria mais negativo do que positivo.

Enquanto isso, na bolsa, o mercado tenta pesar tanto esses efeitos como a deterioração da demanda doméstica. No acumulado do ano até agosto, o consumo aparente — que une vendas de usinas e importações — caiu 12,8% perante igual período de 2014, para 15,2 milhões de toneladas.

Em termos de valor de mercado, com a desvalorização até agora em 2015, CSN perdeu cerca de R\$ 1,8 bilhão, Gerdau encolheu em R\$ 5,9 bilhões e Usiminas, em aproximadamente R\$ 3 bilhões.

MDIC lança estudo sobre modernização da produção de carvão vegetal

05/09/2015 – Fonte: MDIC

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC), elaborou, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE, o estudo "Modernização da Produção de Carvão Vegetal-Subsídios ao Plano Setorial de Redução das Emissões da Siderurgia". Clique aqui para ter acesso ao estudo.

A iniciativa tem como objetivo promover as vantagens competitivas da siderurgia brasileira a carvão vegetal no mercado doméstico e internacional, bem como avaliar os ajustes do setor de produção de ferro gusa a carvão vegetal posteriores à crise de 2008.

Outros pontos também abordados no estudo são o desenvolvimento tecnológico no período e a busca pela elaboração de estratégias atualizadas para o fortalecimento da sustentabilidade do setor.

O secretário do Desenvolvimento da Produção, Carlos Gadelha, destacou a importância do projeto. "No contexto da crescente preocupação mundial com a mudança do clima, essa peculiaridade da siderurgia brasileira torna-se um importante ativo do setor, pois viabiliza uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono que pode significar um diferencial de competitividade para os produtos siderúrgicos brasileiros", afirmou o secretário.

Para garantir esse diferencial competitivo, Gadelha aponta as medidas a serem adotadas. "É necessário promover a transição para a sustentabilidade de parte do setor, garantindo a origem sustentável da matéria-prima (floresta plantada) e modernizando o processo de carvoejamento, para aumentar a eficiência econômica e reduzir as emissões de gases de efeito estufa", conclui o secretário.

Bancários entram em greve na próxima terça-feira

05/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O sindicato dos bancários de São Paulo decidiu, em assembleia realizada quinta-feira (1º), entrar em greve a partir do dia 6 de outubro.

A decisão ocorre depois de negociação com a federação dos bancos e, até as 22h20 do dia 1º, já tinha sido tomada por 72 sindicatos, entre eles os de Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador.

Os bancários haviam recebido uma proposta de 5,5% de reajuste nos salários, além de R\$ 2.500 de abono fixo. A categoria pede reajuste salarial de 16%, sendo 5,6% de aumento real e 9,88% referentes à perda da inflação .

Pelos cálculos do Sindicato dos Bancários, a "perda real de 4%" significa que um bancário que recebe o salário médio da categoria iria perder no ano R\$ R\$ 2.144,81 em relação a uma proposta que apenas cobrisse a inflação.

Segundo Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e uma das coordenadoras do comando nacional, esse foi o pior índice oferecido pelos bancos desde 2004.

"Perda real não é condizente com os resultados dos bancos, que tiveram lucro líquido de R\$ 36,3 bilhões nos últimos seis meses. As instituições financeiras estão colocando a categoria em greve de forma irresponsável, ao mesmo tempo que cobram juros de mais de 400% no cartão de crédito, prejudicando toda a população", disse a sindicalista.

São mais de 500 mil bancários no Brasil, sendo 142 mil representados pelo sindicato em São Paulo, Osasco e região.

A categoria recebeu aumento real de 20,07% no período entre 2004 e 2014. No ano passado, foram 2,02% acima da inflação.

ORIENTAÇÕES AO CONSUMIDOR

De acordo com o Procon-SP, diante de um cenário de greve, o consumidor continua com a obrigação de pagar faturas, boletos bancários e demais cobranças, mas as empresas são obrigadas a oferecer outro local de pagamento.

Para evitar a cobrança e o envio do nome a serviços de proteção ao crédito, a entidade recomenda que o consumidor entre em contato com a empresa e peça opções de formas e locais para pagamento, como internet, sede da empresa e casas lotéricas.

O consumidor deve documentar o pedido para que, posteriormente, possa reclamar ao Procon-SP se o fornecedor não o atender.

OPÇÕES

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o consumidor tem à disposição vários canais alternativos para realizar transações financeiras. A tabela abaixo mostra as opções disponíveis.

CAMPANHA SALARIAL

Os bancários, com data-base em setembro, entregaram a pauta de reivindicações no dia 11 de agosto.

Entre as principais reivindicações da campanha deste ano pedem

- > Reajuste Salarial de 16%, sendo 5,6% de aumento real, com inflação de 9,88% (INPC)
- > Participação nos Lucros e Resultados no valor de três salários mais R\$ 7.246,82 fixos
- > Piso de acordo com salário mínimo do Dieese, de R\$ 3.299,66
- > Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor do salário mínimo nacional (R\$ 788);
- > 14º salário
- > Fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e à precarização das condições de trabalho
- > Fim das metas abusivas e do assédio moral
- > Mais segurança nas agências bancárias

OUTRO LADO

A FENABAN (Federação Nacional de Bancos) informou por nota que "a proposta visa compensar perdas decorrentes da inflação passada, sem contaminar os índices futuros, o que iria contra os esforços do governo para reequilibrar os fundamentos macroeconômicos".

O documento destaca que a proposta da federação mantém o poder de compra médio da categoria nos últimos doze meses e que, desde 2004, houve um processo de aumento real dos salários dos bancários sem interrupção.

"O reajuste de 5,5% está em linha com a expectativa de inflação para os próximos 12 meses. Índices acima das expectativas de inflação podem contribuir para maior dificuldade na queda dos índices inflacionários", informa a nota.

Além do reajuste salarial, os bancários receberiam participação de 5% a 15% dos lucros dos bancos.

De acordo com a FENABAN, essa fórmula de distribuição do lucro, aplicada, por exemplo, ao salário de um caixa bancário, de R\$ 2.560,00, pode garantir o equivalente a até quatro salários.

Os bancos ofereceriam ainda um abono de R\$ 2.500 que seria distribuído igualmente para toda a categoria dos bancários sem ser incorporado aos salários.

SAIBA COMO DRIBLAR A PARALISAÇÃO DOS BANCÁRIOS Confira os canais de atendimento disponíveis						
✔ Sim ✘ Não						
Operação bancária	Caixa eletrônico**	Caixa eletrônico 24 horas	Internet	App celular	Telefone	Correspondente
Pagamentos*	✔	✔	✔	✔	✔	✔
Saques conta corrente/poupança	✔	✔	✘	✘	✘	✘
Consulta a saldo/extrato	✔	✔	✔	✔	✔	✘
Depósitos	✔	✘	✘	✘	✘	✔
Transferências	✔	✔	✔	✔	✔	✘
Contratações**	✔	✔	✔	✔	✔	✘
Recebimento de benefícios	✔	✘	✘	✘	✘	✔
Talões de cheque	✔	✘	✔	✘	✔	✘
Bloqueio/desbloqueio de cartões	✔	✘	✔	✘	✔	✔
Investimentos	✔	✘	✔	✔	✔	✘
Recarga de celular	✔	✔	✔	✔	✘	✔

*Pagamentos de contas e tributos a vencer. Pagamentos em atraso deverão ser efetuados no banco emissor do título, ou conforme orientação de cobrança.
**Contratação de produtos, serviços e linhas de crédito. Disponível conforme linha de produtos e serviços de cada banco.

DICAS PARA O CONSUMIDOR

- 1 Comprovantes**
O cliente deve guardar os comprovantes, tanto os que indicam que ele buscou o credor para solicitar outra forma de pagamento, quanto os feitos por outros canais, como internet e telefone
- 2 Água, luz e telefone**
As contas de serviços públicos como água, luz e telefone não precisam necessariamente ser pagas nas agências bancárias. É preciso quitar em casas lotéricas e em alguns supermercados
- 3 Contas em atraso**
Para quem tem conta como luz, água, telefone, gás em atraso, a orientação é fazer o pagamento normalmente pelos canais alternativos do banco (internet, telefone, corresponde bancário)

Fonte: Febraban

MRS chega a acordo de R\$ 225 milhões em arbitragem com MMX

05/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A MRS Logística, concessionária da malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal, informou nesta sexta-feira que foi homologado, por Tribunal Arbitral, acordo referente a litígio da companhia com a MMX Sudeste Mineração e a MMX Mineração e Metálicos.

O acordo foi celebrado no valor de R\$ 225 milhões, bem abaixo da dívida já estimada em até R\$ 1 bilhão pelo descumprimento, por parte da mineradora do empresário Eike

Batista, de um contrato de transporte de minério de ferro firmado entre as partes em 2011.

O crédito será habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste, adicionalmente a crédito já habilitado de R\$ 6,5 milhões. A MRS ressalva que no momento "não é possível estimar qual o montante do crédito que será efetivamente realizado".

Solidariamente, o crédito poderá ser cobrado da MMX Metálicos, observadas as condições do acordo.

Anglo American aporta pesado em tecnologia

05/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Inovação é a grande aposta da Anglo American para sair à frente da concorrência e sobreviver no mercado em meio à queda nos preços internacionais do minério de ferro. O Sistema Minas-Rio, operação da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da mineradora, com jazidas no Médio Espinhaço, é pioneiro no uso de uma tecnologia finlandesa de filtros cerâmicos, que recebeu investimentos de R\$ 25 milhões.

Além disso, para 2016, estão previstos inversões da ordem de US\$ 62 milhões (R\$ 244,2 milhões na cotação de sexta-feira) em equipamentos tecnológicos de manutenção e segurança.

Moderno, o processo de filtragem, composto por 12 filtros, é diferenciado do convencional (a vácuo) usado pelo setor de mineração. Uma das vantagens é a economia de 95% de energia elétrica em relação ao usual.

"Nós fizemos vários estudos para identificar a opção que entregaria a melhor produção de pellet feed com um menor custo, e os filtros cerâmicos se mostraram mais vantajosos que as outras tecnologias existentes", ressalta o diretor de Operações do Sistema Minas-Rio, Rodrigo Vilela.

Além da economia de luz, a tecnologia de filtragem cerâmica possui outras vantagens, como menor ruído e a geração de um efluente de melhor qualidade. O sistema já é usado desde o começo da operação do Minas-Rio, no segundo semestre de 2014.

O processo de filtragem do minério de ferro do empreendimento ocorre na planta de filtragem no Porto do Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, onde também está localizado o terminal de minério de ferro por onde o pellet feed é exportado.

Otimista, Vilela antecipa que a mineradora vai investir 100% em equipamentos tecnológicos de segurança na mina para prevenção de acidentes no ano que vem. "Haverá monitoramento das operações.

Isso se aplica a anticorrosão", ressalta o diretor. Os investimentos somam US\$ 2 milhões. Já em tecnologia de manutenção, será implantado um programa de reutilização de 100% do óleo utilizado na lubrificação dos caminhões. A ação tem caráter voltado para a sustentabilidade.

"A inovação é fundamental para a sobrevivência no mercado. O setor passa por momento difícil, principalmente com a queda das commodities, como minério de ferro", enfatiza Vilela. Ele acrescenta que o Sistema Minas-Rio atingirá sua capacidade máxima de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro até 2016.

O Minas-Rio inclui uma mina de minério de ferro e unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no Médio Espinhaços; mineroduto com 529 km de extensão e que atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses; e o terminal

de minério de ferro do Porto de Açu, no qual a Anglo American é parceira da Prumo Logística com 50% de participação, localizado em São João da Barra (RJ).

O Sistema Minas-Rio tem 2.200 empregados próprios. A produção do primeiro semestre foi de 3 milhões de toneladas de minério de ferro. Já a previsão de produção para 2015 é entre 11 milhões e 14 milhões de toneladas (base úmida).

Projeto de expansão de serra sul da Vale está adiantado, diz diretor

05/09/2015 – Fonte: InfoMoney

A maior produtora de minério de ferro do mundo tem algumas más notícias para um mercado que já lida com um excesso de oferta: seu maior projeto entrará em operação antes do programado.

O Projeto de expansão da Serra Sul, ou S11D, que faz parte do complexo de mineração de Carajás, no norte do Brasil, está adiantado em relação à expectativa de término em dezembro de 2016, disse o diretor financeiro da Vale SA, Luciano Siani, em entrevista na quarta-feira.

O projeto -- o maior do setor e, segundo a Vale, o mais rentável -- adicionará 90 milhões de toneladas em capacidade anual à oferta global, mas a Vale pretende controlar a velocidade pela qual o minério chegará ao mercado, disse Siani, 45, em Toronto, onde está realizando reuniões com investidores e analistas.

"Administraremos o cronograma para preservar o prêmio para esta alta graduação do minério", disse ele.

Embora o início da operação no S11D antes do planejado seja uma vantagem para as ambições de redução de dívida da Vale, o projeto surge como um novo fator de tensão no mercado de minério de ferro, atingido por uma série de expansões da Vale e de suas principais rivais na Austrália em um momento de desaceleração do crescimento chinês.

As três grandes, incluindo a BHP Billiton Ltd. e a Rio Tinto Group, buscam se orientar após o colapso do preço do minério de ferro, piorado por suas próprias iniciativas de levar projetos adiante e desbancar uma série de novas concorrentes.

A Vale, com sede no Rio de Janeiro -- que vem cortando custos e vendendo ativos sob a gestão do presidente Murilo Ferreira --, disse na segunda-feira que planejava reduzir o dividendo deste ano ao nível mais baixo desde 2006 em meio à queda nos preços do metal e à necessidade de preservar caixa.

Queda do preço

Os preços do minério de ferro estão em baixa de 21 por cento neste ano e caminham para o terceiro declínio anual seguido. As ações da Vale caíram 31 por cento neste ano em reais, em linha com uma seleção de pares internacionais monitorados pela Bloomberg.

Mesmo se os preços continuarem caindo, a Vale não precisará de financiamento em 2015, embora suas necessidades para 2016 dependam dos preços, disse Siani. Ele está otimista de que o projeto de mineração e logística S11D, de US\$ 16,4 bilhões, será colocado em operação sem a adição de novas dívidas.

A Vale está buscando US\$ 2 bilhões a US\$ 2,5 bilhões em financiamento para seu projeto carvoeiro Moatize, em Moçambique, além da venda da participação anunciada anteriormente com a Mitsui Co.

As negociações são complexas e o acordo provavelmente estará concluído apenas no primeiro trimestre de 2016, e não no quarto trimestre deste ano, como sugerido anteriormente pelo presidente da Vale.

A Vale pretende, quando o S11D estiver terminado e em operação, focar na desalavancagem.

A dívida líquida da empresa subiu para 3,6 vezes os lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização no segundo trimestre, contra um rácio de 1,1 um ano antes, segundo dados compilados pela Bloomberg.

A empresa continuará buscando vender ativos onde houver sentido fazê-lo, como em algumas partes de suas operações de transporte marítimo, mas não tem metas de vendas, disse Siani.

IPO engavetado

Uma transação que está "fora da mesa" após a queda dos preços é a proposta de uma oferta pública inicial da unidade de metais básicos da companhia, disse Siani, até que as condições de mercado melhorem.

A companhia, que é também a maior produtora de níquel do mundo, não consideraria vender imediatamente suas operações de metais básicos, nem combiná-las com as de outra grande empresa, disse ele: "A Vale se considera proprietária natural desses ativos".

A Vale continua discutindo com a Glencore Plc formas de tirar vantagem das sinergias operacionais em algumas de suas operações canadenses, e não fusões ou aquisições, disse ele.

Crise das gigantes não garante competição

05/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A crise que atinge as cinco maiores empresas de construção pesada no Brasil, alvos da Operação Lava-Jato que desde o ano passado apura um esquema de pagamentos de propina em contratos da Petrobras, criou a expectativa de que companhias brasileiras de médio porte e multinacionais pudessem ocupar o espaço deixado por Construtora Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Galvão Engenharia. Mas esse cenário de maior competição ainda está distante de se tornar realidade.

O consenso entre especialistas é de que existe potencial para um ambiente mais competitivo, com a entrada de empresas estrangeiras e maior atuação de nomes de médio porte.

Mas a recuperação do nível de investimento, apontam, passa também pela recuperação das empresas investigadas, que acumulam conhecimento técnico e capacitação para tocar obras de grande porte que não podem ser descartados, e pela não contaminação de outras companhias que fazem parte dos grupos das construtoras.

A entrada de empresas médias é um possível cenário. "O middle market [mercado médio] no Brasil é muito rico", afirma Marcio Luterbah, sócio da PwC Brasil. Na avaliação dele, deve haver maior competição no médio prazo.

Há ainda as estrangeiras que podem vislumbrar perspectiva de fazer associações com nomes locais, diz. O desafio é o governo colocar editais atrativos na rua, avalia Luterbah.

Um escritório de advocacia de São Paulo diz que chegou a receber pedidos de informações sobre o mercado brasileiro de um representante de companhias americanas. Uma vez por

dentro das condições, contou o advogado, não houve mais contatos. Fontes do mercado indicam que a construtora americana Bechtel também estaria de olho no mercado, mas tem demonstrado insegurança quanto às regras aplicadas aqui.

Uma das questões colocadas diz respeito à dependência do BNDES para conseguir taxas de financiamento que garantem uma oferta firme de projeto. A preocupação é fechar um contrato dependendo de uma instituição financeira que, depois, pode não aprovar o crédito - embora isso não seja usual.

Fernando Marcondes, advogado especialista em infraestrutura e sócio do escritório L.O. Baptista-SVMFA, afirma que o cenário ainda não está totalmente definido. No início do ano, ele acreditava que empresas estrangeiras começariam a buscar o mercado brasileiro para injetar capital em companhias de médio porte. A realidade, porém, acabou levantando questões importantes.

"Os estrangeiros têm buscado oportunidades sim, mas eles têm se deparado com algumas coisas que os deixam preocupados, como um sistema tributário complexo, riscos regulatórios". No caso de obras públicas de maior porte, ele não acredita que empresas médias, sozinhas, consigam atender a demanda. Seriam necessários, diz, ou de consórcios entre elas, ou de nomes estrangeiros como parceiros. "No ambiente Petrobras, as empresas do segundo escalão, que trabalhavam para as grandes construtoras, podem começar a ganhar mais espaço".

Para o sócio de infraestrutura do Mattos Filho, Bruno Werneck, para que essa trajetória rumo à maior competição e a um mercado mais plural se concretize, o governo vai precisar fazer alguns ajustes.

De um lado, ele aponta que o nível de poupança brasileiro não garante o financiamento de toda a demanda de infraestrutura do país, nem consegue sustentar o mercado das debêntures de infraestrutura.

Uma vez que a equipe econômica deu sinais de que não quer manter o nível de participação no aporte de recursos via BNDES, essa tem sido uma das alternativas apresentadas. "Você até pode tentar estimular esse tipo de debênture, só que vai tapar um santo e destampar outro: vai faltar dinheiro para o crédito imobiliário, ou agrícola."

Uma alternativa seria recorrer a financiamento estrangeiro. Mas como projetos de infraestrutura, em geral, contam com receita em real, o problema dessa saída seria ter um descasamento com a moeda da dívida, explica. Se as receitas pudessem ser indexadas pela variação cambial, ou se o governo estivesse disposto a oferecer "hedge", o capital estrangeiro poderia ser mais utilizado no setor.

O governo tem dado alguns sinais de que deve abrir um pouco mais o mercado para a competição. No caso das concessões de rodovias, conforme noticiado, houve redução na exigência de patrimônio líquido mínimo para quem vai disputar a licitação, como forma de atrair pequenas e médias empresas para os certames. No caso de obras públicas, no entanto, que exigem mais receita própria, ainda há desafios.

Essas dificuldades enfrentadas pelo setor envolvem tanto efeitos da investigação da Operação Lava-Jato, que deixou os bancos em geral mais reticentes na concessão de crédito para a construção, quanto a crise econômica que o país enfrenta, marcada por um cenário de crédito escasso, com juros elevados e falta de confiança de investidores.

E ainda que consiga as duas coisas - atrair pequenas e médias e estrangeiras -, a avaliação dos especialistas é de que a retomada da atividade nesse mercado passa também pela recuperação das investigadas.

Sócio da consultoria GO Associados e ex-presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, defende que o governo deve se preocupar com a manutenção da capacidade de investimento dos

grupos que estão sendo investigados. "Isso não quer dizer que a investigação não precisa ser feita, mas é necessário preservar a pessoa jurídica, os empregos". Ele pondera que o mercado deve contar com a entrada de novos atores, como estrangeiras e empresas médias, mas que para isso ocorra é necessário reduzir o risco regulatório. "É uma ilusão pensar que uma vem em substituição à outra. Ampliar esse mercado é um processo gradual."

Exportadoras correm para recuperar mercado

05/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A escalada do dólar deu novo ânimo para as empresas brasileiras voltarem exportar. Nos últimos meses, com a moeda americana entre R\$ 3,5 e R\$ 4, várias delas saíram a campo para reconquistar o terreno perdido nos tempos de real valorizado. Mas o caminho não tem sido fácil.

Além de reestruturar departamentos que haviam sido praticamente extintos, contratar novos profissionais e criar produtos diferenciados, as companhias têm de convencer clientes que hoje estão sendo atendidos por outros países, em especial a China.

Junta-se a isso o fato de o mundo estar crescendo menos e, portanto, demandado menos produtos. Por isso, avaliam economistas, a retomada de mercado não deve ser tão imediata. A expectativa é que apenas a partir de 2016 o Brasil tenha resultados mais positivos em relação às exportações.

Até agora, apesar de o volume ter aumentado um pouco, o valor das operações caiu 11,5% de janeiro a agosto comparado a igual período de 2014, segundo dados da Fundação Centro de Estudo do Comércio Exterior (Funcex).

O economista da Tendências Consultoria Integrada, Bruno Lavieri, diz que o câmbio demora para fazer efeito nas exportações. "Num primeiro momento, há a queda das importações, depois a substituição de importações e, por último, o aumento das exportações." Segundo ele, o ciclo de retomada de mercado dura entre 6 meses e 1 ano.

Para o diretor comercial da Cedro Têxtil, Luiz César Guimarães, no curto prazo, a desvalorização do real representa custo para as empresas, já que muitas delas estão sem estrutura exportadora e o insumo é cotado em dólar.

"A médio e longo prazo é uma janela boa para voltar a ter participação no mercado internacional." A companhia, que chegou a exportar 15% do faturamento, viu suas vendas externas caírem para 2% com a valorização do real nos últimos anos e agora corre para reconquistar antigos clientes.

A tarefa, porém, demanda tempo e não é simples. "Estamos reestruturando o departamento de comércio exterior, que estava com uma estrutura mínima, e contratando representantes em praças que estamos fora." Além disso, a empresa aposta em produtos diferenciados, com maior valor agregado, para escapar da briga com a China, que oferece um produto sem grandes diferenciações.

Chineses. Enquanto as empresas brasileiras perdiam competitividade e espaço no mercado internacional, as companhias chinesas avançavam sem parar até mesmo entre nossos vizinhos e parceiros do Mercosul.

A participação do Brasil na Argentina, por exemplo, era de 15,8% em 2005 e agora está em 10,6%. Nesse mesmo período, a fatia da China no país subiu de 7,2% para 18%, afirma o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi.

Na América do Sul, diz ele, o market share do Brasil caiu de 41% para 21%. "Abandonamos o mercado externo e agora temos de reconquistar o cliente, convencê-lo da qualidade do produto e de que temos condições para atendê-lo com prazos adequados." Além disso, o importador exige certificados e conceitos de sustentabilidade que nem todas as empresas têm de imediato.

O diretor-presidente da Eliane Revestimentos, Edson Gaidzinski, diz que uma das melhores maneiras de se reaproximar dos clientes é marcar presença em feiras internacionais e mostrar a qualidade e diferencial do produto.

Na semana passada, ele participou de um grande evento na Espanha, importante concorrente do Brasil no setor cerâmico. O empresário lembra que, até 2005, 35% da receita da empresa – uma das maiores fabricantes de cerâmicas do País – vinha da exportação. No ano passado, esse número estava em 8% e, neste ano, em 10%.

Nesse intervalo de tempo, o executivo afirma que o mercado interno, superaquecido, compensou a perda de participação no exterior. Mas hoje o ambiente doméstico está ruim e o externo também sofre com a desaceleração. Uma estratégia da empresa é voltar às origens. Foi na década de 80 que a companhia começou a fazer as primeiras exportações. E o mercado escolhido foi o Oriente Médio. Agora a empresa volta os olhos para a reconquista desses clientes.

"Estamos no caminho de reconstrução do mercado perdido", afirma o superintendente da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres, Antônio Carlos Kieling.

Até 2014, a fatia do Brasil nas exportações mundiais era de 0,9%. Ao contrário da opinião de alguns economistas, o executivo afirma que a reabertura de mercado demora de 3 a 4 anos. "Em seis meses não se consegue nada, só vender um pedidinho."

Aumento de custos. O real desvalorizado dá um bom empurrão nas exportações brasileiras, mas devolve só uma parte da competitividade do produto nacional, diz Kieling. Ele afirma que os custos no Brasil aumentaram nos últimos anos: a energia elétrica ficou mais cara, a infraestrutura ainda é deficitária, a carga tributária aumentou e o sistema tributário continua complexo e custoso.

"É melhor ter um dólar na casa de R\$ 2,5 e uma carga tributária menor do que a situação atual. A alta dos impostos está sufocando as empresas", afirma o gerente de exportação da Calçados Itapuã, Saulo Altoé. Segundo ele, hoje há várias empresas vendendo altos estoques de calçados no mercado internacional, o que provoca uma pressão sobre os preços. No Brasil, isso também tem ocorrido, já que muitas empresas estão em dificuldades – situação que pode piorar com a alta do dólar que eleva o preço da matéria-prima.

Tudo isso conta na hora de reconquistar um mercado, afirma o diretor do Grupo Amazonas, Saulo Bueno. A empresa que produz solados de borracha para sapatos viu suas exportações caírem pela metade nos últimos anos. "Hoje de cada três calçados vendidos, dois são feitos na China. Não estamos tratando com tolinhos. Temos de correr e apresentar um produto melhor."

País terá recuperação lenta após rebaixamento, prevê analista

05/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A economia de países que perdem o grau de investimento costuma retornar para o nível anterior ao rebaixamento dois anos após o downgrade, mas a retomada vai demorar mais no Brasil, tomando como base as projeções atuais do mercado. A conclusão é do economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, que analisou o impacto da retirada

do selo de bom pagador em três variáveis macroeconômicas: Produto Interno Bruto (PIB), taxa de câmbio e inflação.

No estudo, Borges avaliou o comportamento desses indicadores num conjunto de 14 economias que tiveram a nota de crédito soberana revisada para "junk" por uma das principais agências de classificação. A Standard & Poors rebaixou o rating do Brasil no início de setembro.

A principal constatação é que o efeito mais forte do downgrade no PIB, na cotação do dólar e na alta dos preços fica concentrado no ano em que o evento ocorre. Pelo padrão médio da atividade nos 14 países rebaixados, houve forte desaceleração já no ano anterior à perda do grau de investimento, em que o crescimento médio passa para cerca de 1,5%, ante 4% um ano antes. Trajetória semelhante foi observada no Brasil, onde a expansão do PIB em 2013, de 2,7%, se reduziu a 0,1% em 2014.

De acordo com o comportamento observado na média das economias, o PIB recuou pouco mais de 5% no ano do rebaixamento, mas a recuperação ocorre de forma relativamente rápida, com formato em "V": o crescimento um ano depois do downgrade já retorna à casa de 1% e, dois anos depois, para 3%.

Em outra análise, ao transformar o PIB em número-índice, considerando como base o ano imediatamente anterior ao rebaixamento, Borges observou que dois anos após o evento o PIB voltou ao patamar anterior à perda do rating.

O consenso de mercado para o Brasil, contudo, indica que a atividade só voltará ao campo positivo em 2017 e ainda assim em nível 1,5% abaixo do observado um ano antes do downgrade.

Os cálculos foram feitos a partir das estimativas do boletim Focus, do BC, que contam com redução de 1% do PIB em 2016 e alta de 1,1% em 2017. Borges pondera, por um lado, que a retração de 2,7% prevista pelos analistas neste ano é mais fraca do que a queda registrada na média dos outros países que perderam o grau de investimento.

Mesmo reduzindo o grupo de análise aos países em que o tombo no ano do downgrade foi de 4% ou menos, porém, a retomada traçada no Brasil ainda é mais vagarosa: o PIB doméstico estará cerca de dois pontos aquém do nível inicial no prazo de dois anos após o evento, enquanto na mediana das sete economias avaliadas, o PIB superou esse nível em mais de 0,5 ponto.

"Se fosse aplicado o padrão do grupo das 14 economias ao Brasil, cresceríamos algo em torno de 0,5% a 1% em 2016 e de 2,5% a 3% em 2017", diz o economista. Para ele, duas hipóteses podem explicar o cenário mais pessimista à frente.

Em primeiro lugar, Borges cogita que a crise política está adiando o horizonte de recuperação. Além disso, ele não descarta que as previsões estejam contaminadas pelo recrudescimento da recessão no momento, e que a trajetória da atividade possa surpreender positivamente nos próximos dois anos, embora a LCA trabalhe com retração de 1% para o PIB em 2016.

"Os analistas são péssimos em antecipar recessões severas. Um ano atrás se esperava alta do PIB em 2015. Esse viés também se aplica à recuperação pós-recessão, que costuma ser subestimada."

Em outro estudo, divulgado dois dias depois da decisão da S&P sobre o Brasil, a economista Julia Gottlieb, do Itaú Unibanco, observou que, em uma amostra de 11 países rebaixados, a perda do grau de investimento levou a ajuste mais rápido da política fiscal e das contas externas, mas afetou negativamente o crescimento. O prazo analisado foi um ano mais curto do que o usado pela LCA (até o ano seguinte ao downgrade). Na média de

resultados desse países, o PIB recuou 0,9% no ano da perda do grau de investimento, e mais ainda no seguinte (-1,7%).

Em relação à política fiscal, Julia mostrou que, considerando a média dos 11 países, os resultados das contas públicas melhoram: o déficit primário passa de 2,4% do PIB um ano antes do rebaixamento para 1,4% do PIB no ano seguinte. O mesmo movimento ocorre com o déficit em transações correntes, que caiu de 5,3% do PIB para 1,1% em igual período, devido à desvalorização cambial na esteira da percepção da alta de riscos.

O câmbio mais depreciado, no entanto, tem impacto inflacionário. Segundo a análise do Itaú, a inflação dos países rebaixados aumenta, em média, dois pontos percentuais no ano do rebaixamento, em relação ao período anterior. Na média do grupo, a alta do índice de preços ao consumidor passou de 4,8% para 6,6% entre um ano e outro. No ano seguinte ao rebaixamento, diminuiu para 4%.

Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, afirma que, como o mercado já "precificava" um país sem grau de investimento antes do rebaixamento pela S&P, o aumento do prêmio de risco antecipou os efeitos da revisão da agência sobre os indicadores macroeconômicos.

"Se pegarmos a média de países com rating BBB-, a nota do Brasil pela S&P antes do rebaixamento, o prêmio de risco é de 200 pontos, e já estávamos operando próximos a 400 pontos", diz Alessandra, referindo-se ao Credit Default Swap (CDS).

Como a Tendências já antecipava a perda do grau de investimento do Brasil por pelo menos uma das agências, a consultoria não mudou as projeções após a decisão. Ela estima redução de 2,8% do PIB para este ano e queda de 1% em 2016.

Investimento pode fechar ano com queda de 15%, a maior desde 96

05/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A produção de bens de capital desabou nos oito primeiros meses do ano e economistas calculam que os investimentos na economia brasileira podem encerrar 2015 com queda de 15%, pior resultado da série história das Contas Nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com início em 1996.

Diante das incertezas domésticas e da confiança em nível muito baixo, a produção de bens de capital encolhe em ritmo acelerado. Em agosto, a queda foi de 7,6%, recuo mais forte do que em julho (-2,1%), sempre na comparação com o mês anterior, feitos os ajustes sazonais.

Com retração em sete dos oito meses do ano, a fabricação desses itens já acumula baixa de 22,4%, na comparação com o período entre janeiro e agosto de 2014. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Economistas ouvidos pelo Valor não descartam que esse cenário possa se agravar nos próximos meses. Em setembro, as importações de máquinas e equipamentos caíram 27,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. No ano, a queda é de 17,1%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Analisados em conjunto com os indicadores de confiança, esses números mostram que não há sinais de estabilização da crise no curto prazo, dizem economistas, o que deve levar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das Contas Nacionais do que se investe em construção civil, máquinas, equipamentos e pesquisa) a cair cerca de 15% em 2015 e 7% no ano que vem.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), os investimentos não só estão caindo a taxas crescentes e muito expressivas, como a retração acontece de maneira generalizada entre os setores.

A produção de bens de capital para a agricultura, por exemplo, encolheu 29,3% em julho e agosto, em relação aos mesmos meses de 2014. Também tiveram baixas expressivas nesse período a fabricação de máquinas e equipamentos destinadas a transportes (-35,5%), construção (-56,9%) e energia (-19,9%).

Fernando Rocha, economista-chefe da JGP Gestão de Recursos, ressalta que a produção física de bens de capital está hoje no mesmo nível de 2004, o que é alarmante. "É diferente de momentos como 2009, em que houve queda forte, mas a recuperação foi rápida. Dessa vez, cada dado mostra continuidade da crise e não dá para saber onde está o fundo".

Com esse grau de imprevisibilidade sobre o futuro, afirma, não é surpreendente que os investimentos estejam paralisados. Rocha projeta queda de 13,6% desse componente do Produto Interno Bruto (PIB) no ano.

Para Felipe Beraldi, economista da Tendências Consultoria, a produção de bens de capital deve explicar boa parte da queda da formação de capital fixo em 2015. O economista espera que o setor de máquinas e equipamentos encolha 25% no ano - o que embute piora adicional nos próximos meses -, enquanto o investimento no PIB deve cair 14,6%. "O desempenho da construção civil será um pouco menos negativo do que a média, apesar da crise no setor", explica.

Para ele, o investimento está em queda livre por causa da confiança em baixa, do grau elevado de incerteza no ambiente político e econômico e das restrições de financiamento, com redução dos desembolsos pelo BNDES, por exemplo.

Há ainda a redução dos investimentos das empresas estatais, com os desdobramentos da Operação Lava-Jato, comenta José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

Segundo reportagem publicada pelo Valor na sexta-feira, o investimento da Petrobras deve ser a metade do inicialmente previsto no ano. Gonçalves estima queda de 15% da formação de capital fixo em 2015, mas diz que dados como produção e importação de bens de capital, que dão uma medida da demanda doméstica por esses equipamentos, sugerem um número até pior.

O ponto central, diz, é a ausência de perspectiva de retomada. A aposta do governo nos projetos de infraestrutura, avalia, não tende a ser bem sucedida. "Está caindo a ficha de que os investimentos em infraestrutura foram projetados para um nível de renda e demanda que não existe mais e que não vai existir durante muitos anos. Então os investidores só vão ter ímpeto para entrar nos projetos de baixo risco, que são poucos".

Na ausência de elementos que possam melhorar expectativas de forma rápida no curto prazo, o economista projeta queda de 7% da formação de capital fixo também em 2016.

Outro ponto que deve dificultar a recuperação dos investimentos já no ano que vem, diz Beraldi, da Tendências, é a elevada capacidade ociosa da indústria. Por isso, o economista projeta queda de cerca de 7% da formação bruta em 2016.

Rocha, da JGP, também estima novo tobo do investimento, de cerca de 6%, no ano que vem. Ele alerta que essa projeção embute certa recuperação a partir da segunda metade do ano, cenário que está sujeito a revisões.

Para melhorar a confiança, diz, não há outra saída a não ser consertar o nó fiscal, o que garantiria maior previsibilidade aos investidores. A resposta, avalia Rocha, precisa ser

estrutural, e não apenas temporária, com aumento de impostos. A reforma da Previdência, diz, é essencial.

Artigo: (Des) caminhos da infraestrutura

05/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Em meio às intensas discussões atuais, existem pelo menos três pontos nos quais encontramos praticamente uma unanimidade: o pior da crise atual é a queda forte nos investimentos, que reduziram 4,4% no ano passado e que devem encolher 10% neste ano. A perspectiva para 2016 também é negativa.

Em consequência, não haverá retomada do crescimento se essa tendência não se inverter. Em particular, isso é verdadeiro para a área de infraestrutura, que se tornou o nó mais evidente de nossas dificuldades.

Finalmente, há uma concordância de que a forma mais rápida de elevar a produtividade na economia brasileira decorreria de uma significativa melhora na situação de transportes, portos, energia e saneamento.

Na verdade, aceita-se universalmente que educação/conhecimentos e infraestrutura representam, hoje, a chave das vantagens comparativas dos países. Não são os únicos fatores, mas, certamente, estão entre os decisivos.

Nessa direção sempre são recorrentes as perguntas: por que é tão difícil realizar uma obra de infraestrutura, mesmo quando recursos são assegurados? Por que as obras sempre atrasam? Por que os custos sempre explodem? Por que tantos esqueletos são largados, literalmente, no meio da estrada?

Obviamente, não tenho a pretensão de ter as explicações mais adequadas. Entretanto, a observação de muitos anos faz-me sugerir oito hipóteses que parecem dar suporte à resposta, pelo menos parcial, das questões acima esboçadas.

Essas hipóteses foram recentemente apresentadas a uma seleta plateia de engenheiros associados ao Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente (Idelt). Aqui vão elas:

1) Perdeu-se no governo a capacidade de montar uma visão integrada e de boa qualidade das diversas áreas de infraestrutura. Um exemplo relevante é o que queremos da matriz energética, especialmente após a infeliz MP 579 bagunçar o setor ao reduzir na marra as tarifas de energia elétrica.

Em particular, pergunta-se: queremos ou não ter etanol e bioeletricidade? A energia térmica é complementar ou vai para a base do sistema? As PCHs têm ou não importância na matriz? Quando terminará a integração dos sistemas isolados no sistema como um todo? Qual o papel efetivo das energias eólica e solar no futuro? Por que o setor está hoje tão judicializado, mesmo após uma brutal elevação nas tarifas ter melhorado o fluxo de caixa de parte do setor?

Sem ter uma mínima organização dessas questões, como será possível garantir a ampliação do sistema, que hoje só funciona porque a recessão bruta está reduzindo a demanda de energia? Por que as regras, como o despacho de energia pela ordem crescente de custos, passaram a ser tomadas ao sabor dos acontecimentos? Questões semelhantes poderiam ser feitas para os outros segmentos.

2) Perdeu-se a percepção de que um projeto bem feito é fundamental, e tem de ser desenvolvido com tempo e cuidado (Lembram-se do trem-bala? E da transposição do Rio São Francisco?). Na verdade, em muitos casos, a correria é apenas útil para facilitar a

aprovação de aditivos que elevam os custos, com o argumento que inesperados problemas apareceram com o avanço dos trabalhos.

3) Até hoje, a introdução (necessária) de conceitos de preservação do meio ambiente não foi inteiramente decodificada. O atraso das licenças é uma eterna complicação, bastando lembrar que a duplicação da BR-116, na Serra do Cafezal, não ocorreu, décadas depois do início do projeto. Existem queixas de todos os lados, mas é verdade que engenharia, crescimento econômico e meio ambiente ainda têm uma relação difícil.

4) Da mesma forma, a legítima preocupação com a realocação de pessoas, em decorrência de projetos de infraestrutura, foi substituída, em vários casos, por uma verdadeira indústria de indenizações (conheci bem o caso da Hidrelétrica de Itaparica).

5) Existe uma inadequada regulação de modelos setoriais, concessões e PPPs que eleva os riscos jurídicos, econômicos e as taxas de retorno exigidas pelos licitantes. Não foram poucos os casos nos quais regras foram alteradas no próprio dia do leilão. Além disso, projetos licitados a não mais que três anos, como alguns aeroportos, já são objeto de pedidos de reequilíbrio financeiro de contratos. Como atrair novos participantes, praticantes da seriedade nos negócios, com tal insegurança?

6) Nos últimos anos, a corrupção virou sistêmica e as regras de boa governança quase que desapareceram. As implicações negativas disso são por demais evidentes, nos tempos da Lava Jato.

7) Vivemos hoje uma profunda crise fiscal. Os recursos públicos ficarão escassos nos próximos anos. É inevitável e necessário que se utilize mais o capital privado, o que só será possível com a superação dos problemas aqui listados.

8) A maioria das grandes construtoras de obras públicas está muito machucada e com crédito limitado. Algumas vão desaparecer ou, simplesmente, sair do setor de obras pesadas. Certamente, hoje, faltam operadores de projetos de infraestrutura. Teremos de receber novas empresas vindas do exterior.

(José Roberto Mendonça de Barros- Economista, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1995 e 1998).

CPMF será uma ponte para o Brasil recuperar equilíbrio fiscal, diz Levy

05/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse nesta segunda-feira (5) que a volta da CPMF vai servir como uma ponte para o Brasil conseguir recuperar o equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, voltar a atrair investimentos.

"A CPMF até agora tem um papel muito importante, como teve na época do Fernando Henrique Cardoso, quando o presidente teve que trazer o país de volta para uma rota de equilíbrio. Ele obviamente contou com a CPMF", disse o ministro.

Levy afirmou que a CPMF será provisória, como foi enviada ao Congresso. Na sexta-feira (2), o novo ministro da Saúde, Marcelo Castro, defendeu que o imposto fosse permanente, e não pelo período de quatro anos.

Ao participar na manhã desta segunda do seminário 20 anos da lei das concessões, promovido pela FGV (Fundação Getulio Vargas) no Rio, Levy voltou a defender a manutenção dos vetos presidenciais para as chamadas pautas-bomba.

Entre as pautas-bomba que podem ser votadas no Congresso está a que concede reajuste de até 78% nos salários dos servidores do Judiciário, por exemplo.

"Cada veto que é mantido é um imposto a menos que a gente tem que pagar e um passo a frente em a gente voltar a crescer", disse Levy.

Questionado sobre a reforma ministerial, Levy respondeu de forma vaga que o Brasil precisa priorizar a estabilidade fiscal para ter crescimento rápido e que a presidente Dilma Rousseff está "muito focada nesse assunto".

Segundo Levy, superada a votação dos vetos, o foco será a discussão do Orçamento de 2016. Ele disse que, resolvido o Orçamento, o país tem condições de retomar rapidamente a rota de crescimento econômico.

"Experiências em várias ocasiões, como no começo do governo Lula, demonstraram que se você acerta o fiscal, o crescimento vem em poucos meses. Hoje temos condições de fazer isso", disse o ministro da Fazenda.

Levy disse que, país voltou a afirmar que, feito o ajuste fiscal, a inflação deve ceder e permitir também a queda dos juros da economia. O país terá então que focar nas reformas capazes de atrair mais investimentos para o país.

"É o que chamo de um, dois, três. Você acerta o Orçamento e vamos ver economia crescendo, juros caindo, porque vai ter menos risco na economia. Então temos que tratar do médio prazo para evitar qualquer voo de galinha. Queremos crescimento rapidamente, já, e duradouro", disse.

Pela 1ª vez, pobreza extrema deve cair para 10% da população global

05/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza no mundo diminuirá no final de 2015 para 702 milhões, frente aos 902 milhões de 2012, o que significa que terá caído pela primeira vez para 10% da população, indicou neste domingo (4) o Banco Mundial em suas novas projeções.

Nos últimos três anos, 200 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e o percentual total em relação à população mundial terá passado de 12,8% em 2012 para 9,6 % no final deste ano.

"Essas projeções demonstram que somos a primeira geração na história da humanidade que pode pôr fim à pobreza extrema", assinalou Jim Yong Kim, presidente do BM, em entrevista na qual apresentou os dados.

No comparecimento, em que Kim esteve acompanhado pelo economista-chefe do BM, Kaushik Basu, ambos explicaram que a redução da extrema pobreza nestes três anos aconteceu em todo o planeta.

Na Ásia Oriental e no Pacífico, passou de 7,2% para 4,1%; na América Latina, de 6,2 % para 5,6 %; no sul da Ásia, de 18,8% para 13,5%; e na África Subsaariana de 42,6% para 32,5%.

"Grande parte deste descenso global se deve à expansão registrada pela Índia", afirmou Basu, ao apontar que a economia indiana é a que continua a registrar taxas de crescimento elevadas. A instituição destacou como a concentração da pobreza global nas últimas duas décadas se transferiu da Ásia para a África Subsaariana: em 1990 a metade da população estava no continente asiático e cerca de 15% na África.

Por outro lado, as novas previsões situam este ano metade da população global abaixo da linha de pobreza na África e apenas 15% na Ásia. Apesar da tendência generalizada de baixa, o BM advertiu que a pobreza está se fazendo "mais profunda e enraizada nos países afetados por conflitos bélicos ou excessivamente dependentes das exportações de matérias-primas".

A África Subsaariana foi especialmente afetada pelo "rápido" crescimento demográfico, já que se trata de "um fator-chave para conter o progresso". No entanto, o presidente do BM precisou que estes progressos estão agora "ameaçados" pelo período de arrefecimento do crescimento e a volatilidade financeira nos mercados emergentes.

Kim ressaltou que "os emergentes estão enfrentando uma situação muito difícil para acessar o capital", diante dos crescentes custos de financiamento associados à iminente alta de taxas de juros nos Estados Unidos.

O BM também anunciou que atualizou a linha de pobreza extrema, que até agora era de US\$ 1,25 por dia, para US\$ 1,90 ao dia, para incorporar "nova informação sobre as diferenças no custo de vida entre os países".

Nesta semana, entre 6 e 11 de outubro, o organismo realizará em Lima sua assembleia anual conjunta com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o retorno das instituições criadas no acordo de Bretton Woods à América Latina após quase 50 anos.

Em ano difícil, Volvo chega aos 300 mil veículos em Curitiba

05/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Em um ano complicado, no qual enfrentou a maior greve de sua história e vê queda próxima de 50% na produção e nas vendas de caminhões, o grupo Volvo celebra a marca de 300 mil veículos produzidos desde a inauguração de sua fábrica em Curitiba.

O caminhão que levou à marca – um extrapesado FH 4x2, com motor de 540cv, equipado com caixa de câmbio eletrônica I-Shift e rodas de alumínio – foi produzido na sexta-feira (2). O modelo, segundo a empresa, é o mais seguro do mundo.

Em setembro, os licenciamentos de caminhões da empresa caíram 58,1% em relação ao mesmo mês de 2014, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

Automotores (Anfavea). Desde o início do ano, a queda acumulada é de 55,5%. As categorias pesada e semipesada, foco de atuação da Volvo, são as que mais sofrem com a baixa demanda neste ano.

Mesmo assim, o vice-presidente de RH e Assuntos Corporativos, Carlos Morassutti, destaca que o planejamento estratégico da empresa no Brasil sempre manteve o foco no médio e longo prazo. "Estamos vivendo um momento delicado, sim, mas isso não vai durar para sempre. E nós temos que tomar as nossas decisões sem comprometer o futuro. Por isso, temos que nos ajustar, mas sem perder o norte maior, que para nós é olhar para pelo menos dez anos", afirma. O Brasil é o segundo maior mercado de caminhões da Volvo, atrás apenas dos Estados Unidos.

A fábrica paranaense – hoje uma das mais avançadas da Volvo no mundo – começou a funcionar em 1979, quando foi montado o primeiro veículo no país, um chassi de ônibus modelo B58. Um ano depois, foi iniciada a produção de caminhões, com a montagem do modelo N10, com motor de 260cv.

Recentemente, a empresa modernizou a linha de produção de caminhões para poder lançar a nova geração de veículos e também automatizou e inovou as linhas de pintura e solda de sua fábrica de cabines. Além disso, um programa de investimentos de US\$ 500 milhões, anunciado em 2012, executado em quase sua totalidade, ampliou instalações dentro da planta, como o novo prédio administrativo, a casa do cliente, o centro de treinamento e outras áreas.

Perspectivas

Apesar de não falar em números, o vice-presidente Carlos Morassutti afirma que a produção e vendas da empresa não devem retornar aos patamares mais altos, anteriores ao ano passado, antes de 2016. "Nós estamos sujeitos ao que está acontecendo no país. Nosso olhar de curto prazo diz que haverá melhoras muito pequenas que começam a acontecer na sequência, mas para falar do ano que vem ainda é cedo", diz.

Ajustes

Segundo Morassutti, para se ajustar ao momento de dificuldade econômica do país, a companhia passou por revisões de volume de produção e de gastos, que, para os funcionários, resultaram em uma menor participação nos lucros e resultados (PLR) e um reajuste salarial limitado à reposição da inflação. Dos 4 mil empregados, 300 estão com os contratos de trabalho suspensos, em regime de layoff.

LINHA DO TEMPO

Conheça a história da Volvo em Curitiba:

1977 - Constituída a Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A.

1979 - Início da produção de motores e dos primeiros chassis de ônibus B58.

1980 - Primeiros caminhões N10, com motor de 260cv.

1980 - Início das exportações, com cinco ônibus B58 para a República Dominicana.

1981 - Começa a produção do caminhão pesado N12, com motor de 12 litros, e do N10 para terrenos mais severos.

1981 - 1.000º veículo no país.

1982 - Lançamento do motor TD100G, com maior potência e torque e menor consumo de combustível e também dos ônibus B58E 4x2 e 6x2.

1984 - Modificações na linha de caminhões: H, XH e XHT.

1985 - Lançamento da série F de motores, equipando a nova linha de caminhões Intercooler (resfriador do ar de admissão do turbo para o motor).

1986 - Instituída a primeira comissão de fábrica das empresas da CIC, na Volvo.

1987 - Lançado o Programa Volvo de Segurança no Trânsito.

1989 - A linha de caminhões NL é a primeira desenvolvida pela engenharia brasileira.

1990 - Lançamento do ônibus B58 urbano "ligeirinho", implantado em Curitiba para alimentar as estações-tubo.

1991 - Lançamento dos ônibus biarticulados para o transporte público de Curitiba.

1993 - Introdução dos caminhões com motor eletrônico.

1995 - 50.000º caminhão.

1996 - Lançada a linha de caminhões EDC, menos poluente.

1998 - Lançamento dos caminhões FH12 com "cara chata".

1999 - Nova fábrica de motores.

2000 - Lançamento do ônibus B7R com piso baixo.

2003 - Nova linha de caminhões pesados com o FM 10x4.

2006 - Início da produção local das minicarregadeiras série MC.

2007 - Lançamento do FH com motor de 13 litros.

2009 - FH ganha dispositivos de segurança ativa e passiva, transformando-se no caminhão mais seguro do mundo.

2014 - Lançada a nova geração do FH, com uma série de dispositivos que o tornaram o caminhão mais conectado.

2015 - Comemoração da marca de 300.000 veículos.